



Processo	12.067-7/2016
Interessado	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto	Acrescenta e revoga dispositivos da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE-MT), que tratam dos Comitês Técnicos.
Relator Nato	Conselheiro Presidente ANTONIO JOAQUIM
Data de Divulgação	13-6-2016
Data de Publicação	14-6-2016

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 16/2016 – TP

(Homologada pelo Acórdão nº 333/2016 na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do dia 21-6-2016)

Acrescenta e revoga dispositivos da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE-MT), que tratam dos Comitês Técnicos.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 3º e 4º, I e III, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c os artigos 21, incisos XXVIII e XXXVII, e 30, VI, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso); e

CONSIDERANDO o Objetivo nº 4 do Plano Estratégico 2016/2021 do TCE-MT – contribuir para a melhoria do desempenho da Administração Pública;

CONSIDERANDO o Objetivo nº 5 do Plano Estratégico 2016/2021 do TCE-MT – garantir qualidade e celeridade ao controle externo;

CONSIDERANDO o Objetivo nº 6 do Plano Estratégico 2016/2021 do TCE-MT – garantir a atuação do controle externo com foco em relevância;

CONSIDERANDO o Objetivo nº 8 do Plano Estratégico 2016/2021 do TCE-MT – aprimorar a gestão do TCE-MT visando à excelência;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o funcionamento dos Comitês Técnicos do Tribunal de Contas;



RESOLVE:

Art. 1º. O Capítulo X do Título I da Resolução Normativa nº 14/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO X

DOS COMITÊS TÉCNICOS

Art. 2º. O art. 118 da Resolução Normativa nº 14/2007 passa a fazer parte do Capítulo X do Título I do Regimento Interno, que vigorará com a seguinte redação:

Art. 118. As Áreas Técnica e Programática e de Gestão e Qualidade do Tribunal de Contas de Mato Grosso serão assessoradas pelo Comitê Técnico de Controle Externo, Comitê Técnico de Gabinetes e Comitê Técnico de Gestão e Qualidade.

Art. 3º. O art. 119 da Resolução Normativa nº 14/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 119. Compete ao Comitê Técnico de Controle Externo examinar, de ofício ou por provocação dos Conselheiros, dos Conselheiros Substitutos, do Procurador-geral do Ministério Público de Contas e dos titulares das unidades do Tribunal, questões relacionadas ao controle externo.

§ 1º. O Comitê Técnico de Controle Externo será integrado pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

- I.** Presidente do Tribunal de Contas;
- II.** Conselheiro designado pelo Presidente do Tribunal;
- III.** Conselheiro Substituto junto à Presidência;
- IV.** Chefe de Gabinete da Presidência;
- V.** Secretário-geral da Presidência;
- VI.** Consultor Jurídico Geral;
- VII.** Secretário-geral do Tribunal Pleno;
- VIII.** Secretário-geral de Controle Externo;
- IX.** Secretários de Controle Externo das seis Relatorias;
- X.** Secretário de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia;
- XI.** Secretário de Controle Externo de Atos de Pessoal e RPPS;
- XII.** Secretário de Controle Externo de Auditorias Operacionais;



XIII. Secretário-adjunto de Desenvolvimento do Controle Externo;

XIV. Secretário-adjunto de Avaliação da Qualidade das Atividades do Controle Externo;

XV. Secretário-adjunto de Desenvolvimento do Controle Interno dos Fiscalizados;

XVI. Secretário-chefe da Consultoria Técnica;

XVII. Secretário Executivo da Ouvidoria Geral;

XVIII. Consultores Técnico-Jurídicos de Conselheiros.

§ 2º. O Presidente do Comitê Técnico de Controle Externo será substituído, em suas ausências, pelo Conselheiro por ele designado para integrar o Comitê.

§ 3º. O Comitê Técnico de Controle Externo será supervisionado pelo Secretário-geral da Presidência e coordenado pelo Secretário-geral de Controle Externo.

§ 4º. O Comitê Técnico de Controle Externo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre, com a presença de no mínimo 2/3 dos seus integrantes e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo irrelevante, nesse caso, quórum mínimo, devendo ser lavrada ata a ser assinada por todos os presentes.

§ 5º. A solicitação de inclusão de matérias em pauta de reunião deverá ser dirigida ao Secretário-geral de Controle Externo juntamente com termo de referência da matéria a ser discutida.

§ 6º. As matérias a serem incluídas em pauta de reunião serão decididas pelo Presidente, após apreciação do termo de referência mencionado no § 5º deste artigo, pelo Secretário-geral de Controle Externo.

§ 7º. Terão direito a voto nas deliberações do Comitê Técnico de Controle Externo os membros e servidores mencionados nos incisos II ao XVI deste artigo.

§ 8º. O quórum para aprovação das matérias submetidas ao Comitê Técnico de Controle Externo será de 2/3 dos membros com direito a voto.

§ 9º. As deliberações do Comitê Técnico de Controle Externo terão caráter normativo, com observância obrigatória em todas as unidades do Tribunal de Contas, e serão disponibilizadas na forma de orientação normativa, em sequência numérica.

§ 10. As deliberações que produzam efeitos para os jurisdicionados serão submetidas à apreciação do Tribunal Pleno, por iniciativa do Presidente do Tribunal.

§ 11. O Comitê Técnico de Controle Externo poderá reexaminar suas orientações normativas, desde que observadas as formalidades exigidas para apresentação e apreciação da pauta de reuniões.



§ 12. Caberá à Secretaria Geral de Controle Externo a execução das decisões do Comitê Técnico.

Art. 4º. O art. 120 da Resolução Normativa nº 14/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120. Compete ao Comitê Técnico de Gabinetes debater e propor ao Presidente do Tribunal a uniformização de procedimentos e entendimentos técnicos no âmbito dos Gabinetes de Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores de Contas.

§ 1º. O Comitê Técnico de Gabinetes será integrado pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

- I. Presidente do Tribunal de Contas;
- II. Conselheiro Substituto junto à Presidência;
- III. Chefe de Gabinete da Presidência;
- IV. Secretário-geral da Presidência;
- V. Consultor Jurídico Geral;
- VI. Secretário Executivo da Vice-presidência;
- VII. Secretário Executivo da Corregedoria Geral;
- VIII. Secretário-geral do Tribunal Pleno;
- IX. Secretário-geral de Controle Externo;
- X. Secretários da Primeira e Segunda Câmaras;

XI. Um representante de cada Gabinete de Conselheiro, de Conselheiro Substituto e de Procurador de Contas, indicados formalmente pelo respectivo Conselheiro, Conselheiro Substituto e Procurador;

XII. Um membro da Comissão Permanente de Atualização da Lei Orgânica e do Regimento Interno e um membro da Comissão de Uniformização de Jurisprudência, ambos indicados formalmente pelos presidentes das respectivas Comissões.

§ 2º. O Presidente do Comitê Técnico de Gabinetes será substituído, em suas ausências, pelo Conselheiro Substituto junto à Presidência.

§ 3º. O Comitê Técnico de Gabinetes será supervisionado pelo Conselheiro Substituto junto à Presidência e coordenado pelo Secretário-geral da Presidência.

§ 4º. O Comitê Técnico de Gabinetes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre, com a presença de no mínimo 2/3 dos seus integrantes e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo irrelevante, nesse caso, quórum mínimo, devendo ser lavrada ata a ser assinada por todos os presentes.



§ 5º. A solicitação de inclusão de matérias em pauta de reunião deverá ser dirigida à Secretaria Geral da Presidência juntamente com termo de referência da matéria a ser discutida.

§ 6º. As matérias a serem incluídas em pauta de reunião serão decididas pelo Presidente, após apreciação do termo de referência mencionado no §5º deste artigo, pelo Secretário-geral da Presidência.

§ 7º. Terão direito a voto nas deliberações do Comitê Técnico de Gabinetes todos os seus membros.

§ 8º. As deliberações do Comitê Técnico de Gabinetes, que devem ser aprovadas por 2/3 de seus membros, terão caráter propositivo para o Presidente do Tribunal de Contas, a quem compete determinar as providências necessárias.

§ 9º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência a supervisão da execução das decisões do Comitê Técnico de Gabinetes pelas unidades competentes.

Art. 5º. O art. 121 da Resolução Normativa nº 14/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 121. Compete ao Comitê Técnico de Gestão e Qualidade debater e propor ao Presidente do Tribunal iniciativas e ações relativas à área de gestão e qualidade.

§ 1º. O Comitê Técnico de Gestão e Qualidade será integrado pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

- I.** Presidente do Tribunal de Contas;
- II.** Conselheiro Substituto junto à Presidência;
- III.** Chefe de Gabinete da Presidência;
- IV.** Secretário-geral da Presidência;
- V.** Secretário Executivo de Gestão de Pessoas;
- VI.** Secretário Executivo de Orçamento, Finanças e Contabilidade;
- VII.** Secretário Executivo de Administração;
- VIII.** Secretário de Tecnologia da Informação;
- IX.** Secretário de Comunicação Social;
- X.** Secretário de Planejamento, Integração e Coordenação;
- XI.** Secretário de Articulação Institucional e Desenvolvimento da Cidadania;
- XII.** Secretário de Apoio às Unidades Gestoras;
- XIII.** Secretário do Sistema de Controle Interno;
- XIV.** Diretor da Escola Superior de Contas;



XV. Um representante do Sistema de Gestão da Qualidade do TCE;

XVI. Um representante do Comitê Gestor Interno do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública;

XVII. Um representante de cada Gabinete de Conselheiro;

XVIII. Secretário Executivo do Ministério Público de Contas.

§ 2º. O Presidente do Comitê Técnico de Gestão e Qualidade será substituído, em suas ausências, pelo Conselheiro Substituto junto à Presidência.

§ 3º. O Comitê Técnico de Gabinetes será supervisionado pelo Conselheiro Substituto junto à Presidência e coordenado pelo Secretário-geral da Presidência.

§ 4º. O Comitê Técnico de Gestão e Qualidade reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre, com a presença de no mínimo 2/3 dos seus integrantes e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo irrelevante, nesse caso, quórum mínimo, devendo ser lavrada ata a ser assinada por todos os presentes.

§ 5º. A solicitação de inclusão de matérias em pauta de reunião deverá ser dirigida à Secretaria Geral da Presidência juntamente com termo de referência da matéria a ser discutida.

§ 6º. As matérias a serem incluídas em pauta de reunião serão decididas pelo Presidente, após apreciação do termo de referência mencionado no parágrafo anterior pelo Secretário-geral da Presidência.

§ 7º. Terão direito a voto nas deliberações do Comitê Técnico de Gestão e Qualidade todos os seus membros.

§ 8º. As deliberações do Comitê Técnico de Gestão e Qualidade, que devem ser aprovadas por 2/3 de seus membros, terão caráter propositivo para o Presidente do Tribunal de Contas, a quem compete determinar as providências necessárias.

§ 9º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência a supervisão da execução das decisões do Comitê Técnico de Gestão e Qualidade pelas unidades competentes.

Art. 6º. Ficam revogados os artigos 114-B, 114-C, 114-D e 118-A da Resolução Normativa nº 14/2007.

Art. 7º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL PLENO

Telefones: (65) 3613-7602 / 7603 / 7604

e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM - Presidente
Relator Nato